

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Políticas de parentalidade no ensino superior: uma análise comparativa entre universidades brasileiras e espanholas

Parenting Policies in Higher Education: A Comparative Analysis between Brazilian and Spanish Universities

Giovanna BACK FRANCO¹
Taysa SCHIOCCHET²

RESUMO

O presente trabalho analisa comparativamente as políticas institucionais de parentalidade em universidades espanholas e brasileiras, com foco nas tensões entre equidade, corresponsabilidade e permanência acadêmica. A pesquisa parte da hipótese de que, embora ambos os contextos estejam inseridos em marcos normativos internacionais que reconhecem a igualdade de gênero e a necessidade de conciliação entre trabalho e vida familiar, há diferenças estruturais na forma como essas diretrizes são apropriadas pelas instituições de ensino superior. De forma transversal, a análise também dialoga com uma perspectiva interseccional, ao considerar como as políticas de parentalidade se inserem em contextos mais amplos de desigualdades estruturais que afetam distintos grupos no ensino superior. Metodologicamente, trata-se de uma análise documental comparativa de normativas internas, planos de igualdade e políticas institucionais de dez universidades: Universidade de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, Universidade de Navarra, Universidad Autónoma de Madrid, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foram examinadas categorias como licenças parentais, infraestrutura de cuidado (creches e espaços de amamentação), políticas de permanência, órgãos institucionais responsáveis e grau de institucionalização das medidas. Os resultados indicam uma clivagem relevante entre os modelos europeu e brasileiro. Nas universidades espanholas, as políticas parentais estão majoritariamente inseridas em planos de

¹ Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná e bolsista CAPES- PROEX, membro da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2655-5384>

² Professora Adjunta da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Pesquisadora CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa Nível 2, 2024/2027). Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná. taysa_sc@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6703-9036>

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

igualdade de gênero, com ênfase na conciliação e na corresponsabilidade, ainda que orientadas por uma racionalidade liberal que mantém a centralidade da autonomia individual e da organização do trabalho. Tais políticas concentram-se sobretudo em trabalhadores e docentes, com baixa incidência de medidas estruturadas voltadas ao alunado, para quem tendem a operar por meio de flexibilização de jornadas, licenças e adaptações organizacionais, sem necessariamente alterar os critérios de avaliação acadêmica de forma substantiva. No caso brasileiro, por sua vez, observa-se a predominância de um modelo orientado pela permanência estudantil, no qual a parentalidade é tratada como questão de vulnerabilidade social e não como dimensão estruturante da vida acadêmica. As políticas concentram-se em regimes acadêmicos especiais, prorrogação de prazos, auxílios financeiros e iniciativas de assistência estudantil, frequentemente impulsionadas por coletivos e por órgãos de ações afirmativas. Ainda que haja avanços recentes na normatização, persiste um descompasso entre o reconhecimento formal e as condições materiais de permanência, especialmente diante da manutenção de critérios produtivistas de avaliação. Em ambos os contextos, identificam-se limites comuns, como a fragmentação institucional, a insuficiência de infraestrutura de cuidado e a ausência de políticas integradas que articulem ensino, pesquisa e reprodução social.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; conciliação; parentalidade; Brasil; Espanha. .

ABSTRACT

This study comparatively analyzes institutional parenting policies in Spanish and Brazilian universities, focusing on the tensions between equity, co-responsibility, and academic retention. The research is based on the hypothesis that, although both contexts are embedded in international normative frameworks that recognize gender equality and the need to reconcile work and family life, there are structural differences in how these guidelines are appropriated by higher education institutions. From a transversal perspective, the analysis also engages with an intersectional approach by considering how parenting policies are embedded within broader contexts of structural inequalities affecting different groups in higher education. Methodologically, this is a comparative documentary analysis of internal regulations, equality plans, and institutional policies from ten universities: University of Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, University of Navarra, Universidad Autónoma de Madrid, University of São Paulo, University of Campinas, São Paulo State University, Federal University of Rio de Janeiro, and Federal University of Rio Grande do Sul. The analysis examined categories such as parental leave, care infrastructure (childcare facilities and lactation spaces), retention policies, responsible institutional bodies, and the degree of institutionalization of these measures. The

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

results indicate a significant divide between European and Brazilian models. In Spanish universities, parenting policies are largely embedded within gender equality plans, with an emphasis on work-life balance and co-responsibility, albeit guided by a liberal rationality that preserves the centrality of individual autonomy and work organization. These policies primarily target staff and faculty, with limited structured measures directed at students, for whom they tend to operate through flexible schedules, leave arrangements, and organizational adaptations, without substantially altering academic evaluation criteria. In the Brazilian context, by contrast, there is a predominance of a model oriented toward student retention, in which parenting is treated as an issue of social vulnerability rather than as a structural dimension of academic life. Policies focus on special academic regimes, deadline extensions, financial support, and student assistance initiatives, often driven by grassroots collectives and affirmative action bodies. Although there have been recent advances in regulation, a gap persists between formal recognition and the material conditions necessary for retention, particularly given the continued reliance on productivist evaluation criteria. In both contexts, common limitations are identified, including institutional fragmentation, insufficient care infrastructure, and the absence of integrated policies capable of articulating teaching, research, and social reproduction.

Keywords: Gender equality; work-life balance; parenting; Brazil; Spain.

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



AGÊNCIAS/FOMENTO

